



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

A fim de aumentar a participação dos residentes na política e permitir ao Governo a tomada de decisões mais científicas, com vista a que estas sejam acolhidas pela sociedade, a RAEM lançou muitas consultas públicas, quer antes da transferência quer actualmente, e criou muitas entidades consultivas, o que acabou por ter algum efeito ao nível do trabalho da Administração Pública. Nestes últimos anos, o Governo da RAEM tem constantemente salientado a importância das consultas, e quer o Chefe do Executivo quer os directores e chefes respondem sempre às perguntas colocadas pelos deputados, associações, comunicação social e residentes em geral, sobre qualquer que seja o tema, afirmando que vão ser efectuadas consultas, que se vai proceder à respectiva análise, e que as decisões vão ser tomadas em conformidade com os resultados dessas consultas.

No entanto, embora tenham sido definidas normas para a realização de consultas, estas não são claras e não existem critérios uniformes para a sua execução. Para além disso, há membros que pertencem, em simultâneo, a mais do que uma entidade consultiva, o posicionamento destas entidades não é claro, e falta transparência ao nível do seu funcionamento, por isso, não conseguem produzir os efeitos devidos. Daí que os efeitos alcançados com as consultas realizadas pelo Governo tenham sido sempre alvo de críticas ao longo destes anos. Devido às consultas inadequadas, quer para a elaboração de propostas de lei, quer para a definição de políticas públicas, quer ainda para a realização de grandes obras, etc., têm sido fortes os protestos dos residentes, o que tem resultado em cancelamento dos trabalhos efectuados e no recomeçar dos trabalhos.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Sendo assim, interpelo as autoridades sobre o seguinte:

1. As “normas para a consulta de políticas públicas” entraram em vigor em 2011 mas não têm produzido efeitos, pois continuam a surgir vários problemas nas consultas realizadas pelo Governo. Segundo a resposta do Governo à interpelação do deputado Chan Meng Kam, em Julho do corrente ano, o Governo da RAEM está a preparar esclarecimentos sobre o conteúdo das referidas normas. Qual é o ponto de situação desse trabalho? Na opinião do Governo, quais são os problemas que podem ser resolvidos através dos referidos esclarecimentos?
2. Segundo o Chefe do Executivo, as entidades consultivas locais devem coadunar-se com a realidade, portanto, deve permitir-se que mais pessoas participem nos assuntos sociais, incluindo mulheres e jovens, mediante a definição de normas limitativas sobre o mandato e a incompatibilidade de funções dos membros daquelas entidades. A representatividade e a credibilidade das actuais entidades consultivas são insuficientes, portanto, os mecanismos para a escolha e nomeação dos seus membros devem incluir mais especialistas, e deve ainda ser dada oportunidade a outros candidatos interessados em fazer parte daquelas entidades. O Governo vai ter isso em conta aquando da criação daqueles mecanismos? Devem ser também definidos critérios de apreciação mais objectivos e regras de funcionamento transparentes, de modo a reforçar a credibilidade das consultas efectuadas pelas referidas entidades. O Governo vai fazê-lo?
3. O Governo pode obter muitas opiniões através da realização de consultas públicas e de estudos realizados pelas entidades consultivas, mas a decisão de as adoptar é só sua, e, normalmente, desconhecem-se os fundamentos em que essa sua decisão se baseia.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Isto leva os residentes a pensar que as consultas realizadas pelo Governo são fictícias, que a intenção é fazer propaganda a projectos já decididos pelo Governo, e a encarar as entidades consultivas como simples peças decorativas e esbanjadoras de dinheiro público. O Governo deve criar mecanismos para esclarecer os critérios em que se baseiam as suas decisões, no que respeita à adopção dos resultados obtidos nas consultas públicas. Vai fazê-lo?

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau**

Si Ka Lon

29 de Agosto de 2014